

A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM PORTUGAL E NO BRASIL NO PERÍODO POMBALINO SOB A PERSPECTIVA DA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

RIBEIRO, Divino Tairone Alves¹
OLIVEIRA, Liliam de²

Resumo: Este trabalho analisa o alvará educacional publicado por ordem do rei de Portugal em 1759, que restabeleceu os estudos de língua latina, grega, hebraica e a arte da retórica após a expulsão dos jesuítas de Portugal e suas colônias. Com efeito, este estudo questiona de que forma a análise dos textos referentes à instrução pública no Brasil na segunda metade do século XVIII contribui para a compreensão dos impactos das políticas da gestão do Marquês de Pombal no Brasil colônia, visto que, com a análise das políticas educacionais adotadas nesse período da história do Brasil, é possível compreender os rumos que nortearam a instrução pública brasileira dessa época.

Palavras-chave: Historiografia Linguística; Educação; Período Pombalino.

Introdução

A instrução pública no Brasil passou por algumas mudanças após a expulsão dos jesuítas pelo governo do Marquês de Pombal no período que corresponde à segunda metade do século XVIII. Por meio da análise do *corpus* de pesquisa, tendo como auxílio a historiografia linguística, procuramos evidenciar como tais medidas afetaram as políticas públicas voltadas para a educação no período Brasil colônia.

Com efeito, neste trabalho nos propomos analisar o alvará educacional publicado por ordem do rei de Portugal em 1759, que objetivava restabelecer os estudos de língua latina, grega, hebraica e a arte da retórica, não só no Brasil, mas também em todas suas colônias após a expulsão dos jesuítas como responsáveis pela educação pública em Portugal e em seus domínios. Essa análise se pauta sob a perspectiva da historiografia linguística, por meio dos estudos de Bastos (2004), Bastos; Palma (2004), Koerner (1996), além de Fausto (2002), no que se refere à contextualização histórica. A metodologia, por conseguinte, constitui-se de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e inferência lógica. .

A escolha do alvará como objeto de estudo foi de suma importância, pois a partir de uma análise de palavras e frases elaboradas pelo rei em sua construção, observamos algumas mudanças na educação pública brasileira após a expulsão dos jesuítas no governo de Marquês de Pombal. É relevante ressaltar também o motivo da escolha desse documento pela relevância de elementos que influenciaram a sociedade portuguesa e brasileira, no que diz respeito à educação, pois encontramos uma série de informações ao longo do texto que denotavam o poder que o rei exercia sobre a população

Assim, neste trabalho procuramos responder à seguinte questão: de que forma a análise dos textos referentes à instrução pública no Brasil na segunda metade do século XVIII contribui para a compreensão dos impactos das políticas da gestão do Marquês de Pombal no Brasil colônia? Portanto, nos propomos discutir, por meio da análise do alvará, emitido em 1759, referente à instrução pública em Portugal e seus domínios, quais os impactos para o ensino de Letras no Brasil colônia na gestão pombalina.

1. O caminho da historiografia linguística

¹ Colégio Exato/Iporá

² PUC/SP;UEG/Iporá

A concepção do significado de história implica uma grande responsabilidade. Pois, nessa palavra, estão contidos ao longo de um determinado tempo, modos descritivos e explicativos dos fatos que marcaram a humanidade em momentos e espaços diferentes. Bastos nos aponta que

cumpre mencionar que o fazer história tem sido, uma preocupação dos homens nas diferentes sociedades e épocas, por uma necessidade, intrínseca ao ser humano, de questionar-se sobre o seu passado para nele se apoiar, viver o presente e fazer prospecções para um futuro assentado nas experiências vividas, conhecendo assim maneiras de organizar as próximas etapas a serem realizadas. (BASTOS, 2004, p.73)

De forma simplista, é possível entender que a história é a ciência que examina o passado para melhor compreender o presente, na tentativa de não cometer os mesmos desacertos no futuro. Sendo assim, por meio de uma análise crítica de uma narrativa cronológica dos fatos, ela constrói novos rumos, modificando as estruturas de uma determinada sociedade em um tempo e espaço. Assim, durante muito tempo os grandes feitos eram os alvos de estudo dos historiadores, guiados a partir das ações dos governantes, encadeadas em ordem cronológica, escrevia-se a história dos reis, príncipes, a vida dos heróis militares em suas batalhas e suas vitórias. Na busca para melhor conhecer o passado da humanidade, percebe-se a importância de não mais saber apenas o que foi “contado” sobre esses grandes homens. Surge, então, a necessidade de compreender como se relacionavam os aspectos da vida humana em relação a outras áreas em que a sociedade se organizava. Surge então uma nova tendência, chamada de historiográfica, sendo denominada de nova história. Ela objetiva dar outras significações ao objeto de estudo da história e, dessa forma, deixa de ser apenas uma ciência descritiva e torna-se, também, reflexiva.

Enquanto que para a história é cabível apenas o relato dos fatos históricos, para a historiografia, que teve o seu início na França no início do século XX, é relevante estudar a história a partir do texto escrito. Reconstruindo um novo olhar do passado e da interpretação dos acontecimentos à luz do espírito da época.

Em 1920, Lucien Febvre e Marc Bloch fundam uma revista chamada *Annales*. Podemos entender as ideias contidas nessa revista a partir da fala de Bastos, o qual ressalta que é de grande importância enfatizar que a “Escola de Annales”, a qual pertenciam os dois historiadores supracitados, foi, na verdade,

a responsável pelo estabelecimento desse novo paradigma. Vem do século XVIII essa busca por uma nova abordagem da ciência histórica, em não se concentrar nos acontecimentos políticos, mas também, nos sociais, nos psicológicos, e até mesmo nos linguísticos. Essa mudança de paradigma caracterizou-se como a “revolução francesa da historiografia”, uma vez que impôs uma nova visão de registro histórico. (BASTOS; PALMA, 2004, p.16)

Essa revista busca recontar essa nova história que até então tinha como foco admirar os grandes heróis e os seus grandes feitos. O cotidiano da vida individual passa a ter mais importância para o historiador, o qual passa a defender uma história mais próxima do povo. Assim, passou a se questionar como os fatos eram construídos por diferentes vozes: a mulher, o jovem, o negro, os indígenas e todos os outros, os quais viviam às margens da sociedade. Assim,

a historiografia institui-se como método interdisciplinar, pelo fato de considerar a colaboração de outras disciplinas, quais sejam: a sociologia, a psicologia, a economia, a geografia e também a linguística, revelando-se assim, a intenção de revelar os feitos humanos em sua totalidade. (BASTOS, 2004, p.16)

Com o auxílio dessas e outras áreas do saber citados por Bastos, temos a historiografia linguística que busca por meio do estudo da linguagem encontrar a “não história” que não é

encontrada em documentos oficiais. Enquanto o historiador descreve o momento histórico em seu curso, o historiógrafo linguístico interpreta a história por meio da linguagem e oferece uma explicação adequada dos acontecimentos sob a ótica do povo comum. A história passa, então, a ser percebida com um novo olhar que se preocupa e dá voz àqueles que sempre viveram às margens da sociedade, analisando os fatos historicamente com o auxílio de outras disciplinas.

Koerner (p.45, 1996) nos aponta três princípios que dão credibilidade à pesquisa: “contextualização, imanência e adequação”. No princípio da contextualização, o historiógrafo deve voltar-se para o contexto social da época, preocupando-se com o clima cultural e o pensamento intelectual, para se entender a sociedade em que o texto foi escrito. A imanência é o momento que o historiógrafo analisa o texto pelo texto, sem dar opiniões e sendo capaz de entender o texto de forma completa, crítica e histórica. O último princípio, da adequação, apoia-se em uma análise comparativa entre o objeto de estudo em questão, com uma outra referência atual que tenha semelhanças e, por fim, traça um paralelo entre suas diferenças. Tais princípios são necessários para que o historiógrafo possa compreender as transformações que aconteceram durante o período investigado. (cf. BASTOS; PALMA, 2004)

Outro passo do fazer historiográfico é denominado de passos investigativos e é constituído por três momentos: seleção, ordenação e reconstrução. A seleção é o momento em que o historiógrafo seleciona o material a ser estudado, sendo os documentos os mais valiosos para a pesquisa. Ordenação é quando se tem mais de um documento e eles são organizados em ordem cronológica estabelecendo assim um percurso de análise em uma perspectiva historiográfica. Já na reconstrução busca-se reconstituir o conhecimento linguístico dos recortes temporais, a partir de uma interpretação crítica dos processos de produção da obra em estudo contextualizada com o clima de opinião da época.

O terceiro passo são as fontes. Elas podem ser tanto de natureza primária quanto secundárias. As fontes primárias, documentos originais, possibilitam ao pesquisador acesso a elementos que fornecem passos seguros no processo de investigação. Por sua vez, as fontes secundárias nos permitem verificar o que foi produzido de conhecimento em relação ao objeto estudado.

Dentro do quarto passo encontramos as dimensões cognitiva e social. São recortes feitos em espaços e tempos determinados, buscando-se linhas teóricas e metodológicas que orientem a construção do trabalho. Finalmente, temos os critérios de análise que fornecem respaldo à cientificidade de um determinado trabalho.

Como ainda não se tem uma metodologia definida para o campo da historiografia linguística, faz-se necessário que o historiógrafo encontre sua própria metodologia. Para isso é necessário que esse pesquisador passe por outros campos da ciência, pois

[...] de fato, em última análise, os historiadores da ciência linguística terão de desenvolver seu próprio quadro de trabalho, tanto o metodológico, quanto o filosófico. Para isto, um conhecimento metucioso de teoria e da prática em outros campos revelam-se verdadeiramente muito úteis, mesmo se o resultado for negativo, isto é, se o historiador a linguística descobrir que este ou aquele campo de investigação histórica tem de fato pouco a oferecer em matéria de método historiográfico [...]. (KOERNER, 1996, p.56-57)

Podemos concluir, por meio dos estudos de Koerner (1996), que a historiografia ainda não tomou posse de uma metodologia de pesquisa. Segundo o autor, não havendo método, resta ao investigador buscar seus próprios caminhos para elaboração de seu trabalho com o auxílio de outras áreas do saber. Clerq e Swiggers (*apud* BASTOS; PALMA, 2004) apontam cinco motivações que se fazem necessárias para o historiógrafo. A primeira motivação: fazer a historiografia linguística como sujeito enciclopédico. A segunda: fazer a historiografia

linguística como ilustração do progresso de conhecimento. A terceira: fazer a historiografia com o objetivo de defender, difundir ou promover um modelo linguístico particular em detrimento de outros. A quarta: fazer a historiografia como descrição e explicação de conteúdos de doutrina, inserida em um contexto histórico e científico. Por fim, a quinta motivação: fazer a historiografia como testemunha exterior sobre uma realidade social. Diante dessa proposta de motivações, cabe ao historiógrafo determinar quais delas nortearam suas práticas ao fazer historiografia linguística.

2. Contexto histórico do Brasil e Portugal na segunda metade do século XVIII

No que se refere à estrutura de poder no campo da política na segunda metade do século XVIII, o que se diz é que não havia autonomia do Brasil como nação independente, pois o país nesse período caracterizava-se como América colonial portuguesa, o que se estendeu até o período em que se iniciou a crise do império português. Crise que se estendeu não somente ao Brasil, pois Portugal estabelecia relações de poder com outros países. Em princípio a forma como Portugal buscou extrair maiores benefícios da colônia brasileira estava refletida no modelo econômico da época, esse que, por sua vez, estava calcado nas concepções do mercantilismo europeu. Fausto define mercantilismo como o

o princípio de que não há ganho de um estado sem prejuízo do outro. Como alcançar o ganho? Atraindo para si a maior quantidade possível do estoque mundial de metais preciosos e tratando de retê-lo. Isso deveria ser alcançado por uma política de proteção dos produtos do país através de uma série de medidas: Reduzir pela tributação elevada, ou proibir a entrada de bens manufaturados estrangeiros e facilitar o ingresso de matérias – primas; inversamente, proibir a saída de matérias – primas produzidas no país e a exportação de manufaturados quando estes concorressem vantajosamente no mercado internacional. (FAUSTO, 2002, p. 55)

Diante disso, havia uma ordem colonial mercantilista onde não existiam relações de mercado aberto, pois a ideologia econômica dessa época foi marcada pelo pacto colonial. Pacto colonial significa como conceito mercantil, considerando que a nação que era proprietária daquela colônia, no caso Portugal em relação ao Brasil, se constituía como uma força de negociação econômica. Sendo assim, uma região como o Rio Grande do Sul não poderia negociar com outra nação, pois seguindo essa lógica toda riqueza brasileira pertencia a Portugal. E, quando se negociava com uma diferente nação, os impostos eram muito mais caros. Portanto, no plano político, o Brasil, na segunda metade do século XVIII, ainda não havia se constituído a nação brasileira que conhecemos hoje. Eram vários Brasís subordinados a uma referência de poder localizada em Lisboa.

Dentro dessa linha de pensamento mercantilista o Brasil, na condição de colônia Portuguesa, tinha como papel principal contribuir financeiramente com o desenvolvimento da metrópole, para que Portugal se firmasse como coroa. O Brasil era transformado em uma espécie de reserva onde era possível garantir riquezas em uma possível concorrência com as demais metrópoles europeias. Por isso, tais medidas foram tomadas para o afastamento de possíveis exploradores de outras nacionalidades que também estavam descobrindo as potenciais riquezas no Brasil.

No ano de 1750, com a morte de D. João V, iniciou-se o reinado de D. José I, no qual o Estado Português era um Estado Absolutista. No absolutismo, o rei era visto como autoridade máxima e os seus poderes se concentravam pelo direito divino, ou seja, o rei era escolhido por Deus. O que não significa que o rei aqui, no Brasil, governava sozinho, tanto que para isso havia algumas instituições da administração colonial. A partir do governo destacavam-se os governadores de capitanias e acima deles existia o governador geral. Em 1763, quando ocorre uma mudança da sede governamental da Bahia para o Rio de Janeiro, o

governador geral recebe a titulação de vice-rei. Frente a esse modelo de governo destaca-se que

os demais órgãos de poder administrativos podem ser agrupados em três setores: o Militar, o da justiça e o da fazenda. As forças armadas de uma capitania compunha-se da tropa de linha, das milícias, e dos corpos de ordenanças. A primeira constituía um contingente regular e profissional permanentemente em armas. As milícias eram tropas auxiliares, recrutadas entre os habitantes da colônia para serviço obrigatório e não remunerado. Por último, existiam as ordenanças, formada por todo o resto da população masculina entre dezoito e sessenta anos, exceto os padres. (FAUSTO, 2002, p. 63)

O que é possível concluir em relação ao poder político que estava centrado em Portugal, é que no Brasil havia as províncias que tinham suas eleições internas para eleger os representantes da câmara legislativa em Portugal. É necessário entender que a relação de poder estava em Portugal e as representações dos interesses da coroa portuguesa estavam centralizadas na corte do Rio de Janeiro, capital do império. Esse período contava com as oligarquias regionais do norte, nordeste e sudeste que se posicionavam como centros comerciais por possuírem portos que possibilitavam a entrada e saída de riquezas. O porto de Recife, por exemplo, nesse mesmo século teve a guerra dos mascates, luta do coronelismo mais interiorano entre os donos de engenho e os mascates que fundaram a cidade de Recife. Essa guerra demonstra uma tendência de ruptura que vai se propagar até o século seguinte, marcando assim o interesse do colonizador e os interesses da coroa. Existiram também esses grupos regionais no Rio Grande do Sul por causa da região platina. Nas províncias existiam os brasileiros que eram eleitos deputados que trabalhavam com outros deputados portugueses na corte portuguesa.

Podemos, também, nos referir a esse período estabelecido entre a coroa portuguesa e o Brasil frente a outro aspecto: o social. De acordo com a história, ele foi motivo de inclusão e exclusão social. Dentre as razões, a primeira se refere às categoriais sociais. Fausto esclarece que

era o princípio da pureza de sangue. Impuros eram os cristãos – novos, os negros, mesmo quando livres, os índios em certa medida e as várias espécies de mestiços. Eles não podiam ocupar cargos de governo, receber títulos de nobreza, participar de irmandades de prestígio. (FAUSTO, 2002, p. 65)

Os pontos que davam os critérios para o preconceito, racismo e discriminação eram direcionados às pessoas. Havia na mentalidade e nos paradigmas dessa época um conceito de coisificar as pessoas, separando – as de pessoas e não pessoas. Era a simples condição de ser livre ou escravo, que estava diretamente ligada a cor da pele e a etnia. Escravos eram sempre, em primeiro lugar, os negros, e, depois, índios e mestiços. Entre os escravos existiam diferenças que diziam respeito a quais funções exerciam no trabalho escravo e origem de sua nacionalidade. Existia certa diferença também presente entre a nobreza, o clero e o povo herdado do antigo regime. Assim, a titularidade da nobreza era ambicionada por uma pequena minoria branca e o povo era composto por pessoas que compunham as zonas rurais, pequenos artesãos e comerciantes que pouco ocupavam as cidades.

Existia certa diferenciação entre as pessoas conforme o grau de profissão que ocupava diante da sociedade. Com efeito,

as diferentes atividades eram desigualmente valorizadas. A de maior prestígio, sobretudo nos primeiros tempos, era não propriamente uma atividade, mas o “ser senhor de engenho” Na famosa expressão do Padre Antonil, em sua obra *Cultura e opulência do Brasil por Suas Drogas e Minas*, escrita no início do século XVIII, “o

ser senhor de engenho é título e que muitos aspiram porque traz consigo o ser servido e respeitado de muitos. E (...) bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre os fidalgos do reino”. (FAUSTO, 2002, p. 70)

O comércio nessa época não era valorizado como a posição de um senhor de engenho, tanto que os comerciantes eram excluídos dos processos políticos e de honras. As pessoas que elaboravam trabalhos manuais também eram depreciadas.

Dentre esses fatores de exclusão social, outro que tinha uma grande relevância era o de discriminação religiosa. Sobre essa afirmação, de acordo com Fausto (2002, p. 72), “uma divisão da sociedade diretamente relacionada com o princípio de pureza dizia respeito à religião.” Aqueles que se mostravam súditos da coroa portuguesa e que viviam no Brasil se diziam católicos. Os judeus e seus descendentes, o negro com sua religião, eram, de fato, marginalizados por buscarem conservar suas manifestações religiosas de origem.

Com efeito, no campo da economia, o Brasil era extremamente extrativista e de produção agrícola. A plantação da cana se estendeu por uma faixa litorânea que ia desde o Rio Grande do Norte à Bahia e ia, aos poucos, ocupando um espaço que era destinado à criação de gado. Essas terras ocupadas fizeram com que não só o gado, mas o vaqueiro migrasse para o sertão do Brasil indo para os interiores. A economia constituía-se, portanto, na área agrícola e na agropecuária. Ainda se referindo à economia do engenho de açúcar, Fausto (2002) afirma que

no período colonial as rendas da exportação do açúcar sempre ocupou o primeiro lugar. Mesmo no auge da exportação do ouro, o açúcar continuou a ser o produto mais importante, pelo menos no comércio legal. Assim, em 1760 correspondeu a 50% do valor total das exportações e o ouro a 46%. (FAUSTO, 2002, p. 63)

Na tentativa de capturar índios para torná-los escravos, os bandeirantes encontraram ouro no interior do Brasil e outras pedras preciosas na cidade que hoje é conhecida como Ouro Preto e Vila Rica, e, posteriormente, em Goiás. A descoberta do ouro e de pedras preciosas despertou o interesse do império que nunca havia encontrado ouro no país.

Para ter um maior controle desse ouro, a coroa transfere a capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro, pois ficava muito mais fácil a administração desse tesouro e um controle sobre ele. Nesse período há um maior investimento no interior do Brasil pelas forças de ocupação portuguesas.

Se não existe sociedade sem cultura, o Brasil dessa época se constituía por uma grande parte da sua população de analfabetos em que apenas uma pequena parte dessa sociedade, a elite da época, mandava seus filhos a Portugal para se formarem. Diante disso, a igreja ocupava um lugar interessante para a cultura dominante da época. Fausto afirma que

como tinha em suas mãos a educação das pessoas, “o controle das almas” na vida diária, era um instrumento muito eficaz para veicular a ideia geral de obediência e, em especial, a de obediência ao poder do estado. Mas o papel da igreja não se limitava a isso. Ela estava presente na vida e na morte das pessoas, nos episódios decisivos do nascimento, casamento e morte, (FAUSTO, 2002, p. 60)

A cultura dessa sociedade em relação à educação estava centralizada em uma nobreza com uma concepção de educação formalizada pela Igreja ela era sustentada pelo próprio império. Nesse modelo a educação era encarada como catequização para manter a ordem da fé.

No meio desse cenário absolutista e mercantilista começou a surgir na Europa um movimento conhecido como iluminismo em que vários filósofos começaram a questionar as

realidades de opressões a qual o povo era submetido. As últimas décadas que marcaram o século XVIII passaram por grandes mudanças no campo do pensamento em que a razão e racionalidade começaram a dar novos rumos para o mundo ocidental. Visando um conhecimento útil à sociedade, de modo que o saber se transformasse em algo que agregasse valor a todos, longe dos moldes de exclusão que a sociedade brasileira passava. Fausto aponta que

as novas ideias vinham sendo gestadas desde o início do século ou mesmo antes e ficaram conhecidas pela expressão “pensamento ilustrado”. Os pensadores ilustrados, homens como Montesquieu, Voltaire, Diderot, Rousseau, apesar de divergirem muito entre si, tinham como ponto comum o princípio da razão. Segundo eles, pela razão atingem-se os conhecimentos úteis ao homem e através dela podemos chegar às leis naturais que regem a sociedade. A missão dos governantes consiste em procurar a realização do bem – estar dos povos, pelo respeito às leis naturais de que os homens são portadores. (FAUSTO, 2002, p. 106)

Nesse contexto de novas ideias que começaram a circular pela Europa, muda a forma de se pensar em educação tanto em Portugal como também em suas colônias, o que consequentemente afetou o Brasil, já que este ainda era colônia de Portugal.

No século XVIII acontece a expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas e de seus domínios. Quem está no trono português é o rei D. José I, tendo como governador do país o Marquês de Pombal, sendo ele quem não mais queria que os jesuítas participem da vida da metrópole e de suas colônias. Com a expulsão dos jesuítas por meio da força militar, Pombal dá início às primeiras reformas que são conhecidas como reformas pombalinas, com a intenção de substituir a educação dado pelos jesuítas.

Um dos resultados significativos desse acontecimento se deu no plano econômico, pois a concepção de liberalismo que a reforma pombalina pregava era de que o estado não pode interferir na iniciativa singular de cada indivíduo limitando-se apenas na garantia que todos na sociedade tenham acesso à educação para tornarem-se cidadãos, para que fossem pessoas capazes de serem mais reflexivas. Na área da política, o liberalismo defende que deve haver um direito de reorganizar a população a partir de uma lei básica que deve estar ao alcance de todos.

3. Análise do documento

Na segunda metade do século XVIII, Portugal iniciou novas reformas educacionais, tanto em seu território, como também em suas colônias, visando, assim, retirar a educação das mãos dos jesuítas, apontados como responsáveis pela decadência da instrução pública, a qual, a tempos, fizeram dos portugueses tão notáveis na república das letras. Em 30 de junho de 1759, o rei D. José I emite um alvará que estabelece o ensino de língua latina, grega, hebraica e arte retórica. Encontra-se nesse documento também o estabelecimento de um diretor de estudos nomeado pelo rei, a cargo de fiscalizar as subordinações, as quais foram impostas aos professores de gramática latina, grega, hebraica e também retórica.

Na defesa da importância dessas mudanças, D. José I define que

Eu, Rei, faço saber aos que este Alvará virem que, tendo em consideração que, da cultura das Ciências depende a felicidade da Monarquia, conservando-se, por meio delas, a Religião e a Justiça, na sua pureza e igualdade, e que, por esta razão, foram sempre as mesmas ciências o objeto do mais digno cuidado dos reis, meus predecessores que, com suas reais providências, estabeleceram e animaram os estudos públicos, promulgando leis mais justas e proporcionais para que os vassallos da minha Coroa pudessem fazer, à sombra delas, os maiores progressos em benefício da Igreja e da Pátria. (ALMEIDA, 2000, p.31)

Por meio desse trecho, podemos encontrar a reafirmação da ideologia do absolutismo europeu. Isso fica claro quando as palavras “eu” e “rei” são usadas com letra inicial maiúscula mostrando certa intencionalidade de deixar clara a autoridade do rei. No trecho “da cultura das ciências depende a felicidade da monarquia” observamos que o rei pouco se importa com o bem estar do povo, uma vez tendo estipulado um modelo de educação ditada por ele segundo os interesses da monarquia, para, assim, permanecer na mesma situação de domínio e riqueza, tendo uma ferramenta a mais de manipulação dos seus súditos. Essa manipulação fica mais evidente também nas palavras “religião” e “justiça” adjetivadas como pura e igualitária, justamente em um contexto social no qual a Igreja e o Estado subjogavam a população.

A partir desse trecho o rei dá início à sua insatisfação com a instrução confiada e exercida pelos jesuítas não só em Portugal, mas também em suas coloniais, inclusive no Brasil. D. José I afirma que

tendo em consideração, outrossim, que sendo o estudo das letras humanas a base de todas as ciências que se vêem, neste Reino, extraordinariamente decaídas daquele auge em que se achavam quando as Aulas se confiaram aos religiosos jesuítas, em razão, de que estes, com o escuro e fastidioso método que introduziram nas escolas destes Reinos e domínios; e muito mais, com a inflexível tenacidade com que sempre procuraram sustentá-lo (ALMEIDA, 2000, p.31)

No trecho acima é usada a expressão “extraordinariamente decaídas” em que o advérbio dá um sentido exagerado à situação na qual, segundo o rei, as ciências se encontravam naquele momento, decaídas e arruinadas por culpa dos religiosos jesuítas. Os jesuítas são culpados, então, por essa situação de declínio, longe do “auge”, palavra que, segundo Ferreira (2001, p.75), tem como significado “o ponto ou o grau mais elevado”, fazendo referência ao tempo de glórias que o rei descreve no título do alvará como “o antigo lustre que tornou os portugueses tão notáveis na república das letras”.

O rei aponta ainda duas expressões para qualificar o método utilizado pelos religiosos: “escuro fastidioso”. A primeira diz respeito à forma com que o método era composto, pois a palavra “fastidioso”, de acordo com Ferreira (2001, p. 314), vem de “fastio”, que significa “tédio”. Esse era, portanto, um método considerado tedioso que causava cansaço, o que é expresso por meio do adjetivo “escuro”, utilizado para qualificar o termo “fastidioso”. Já a expressão “inflexível tenacidade” aponta a postura utilizada pelos jesuítas na aplicação desse método. Assim, “tenacidade” significa “segura com firmeza”, conforme Ferreira (2001, p.667). Já “inflexível” é algo que não se pode dobrar, de acordo com Ferreira (2001, p.388.). Essa expressão remete, nesse caso, a um jogo de poder entre o Estado Absolutista e a Igreja. Com efeito, o rei ainda aponta outras características desse modelo de educação que externam a sua insatisfação

contra a evidência das sólidas verdades que lhe descobriram os defeitos e os prejuízos do uso de um método, e que, depois de serem por eles conduzidos os estudos pelo longo espaço de oito, nove e mais anos, se achavam, no fim deles, tão ilaqueadas nas miudezas da Gramática como destituídos das verdadeiras nações das línguas latina e grega para nelas falarem e escreverem sem um tão extraordinário desperdício de tempo, com a mesma facilidade e pureza que se têm feito familiares a todas as outras nações da Europa que aboliram aquele pernicioso método, (ALMEIDA, 2000, p.31)

É relevante ressaltar que palavras como “defeitos” e “prejuízos” são utilizadas para especificar o método utilizado pelos jesuítas, que, por estarem no plural, evidenciam que foram muitos os estragos causados pela educação atribuída a eles em Portugal e em suas colônias. Por conseguinte, para reforçar esse desgosto encontramos a expressão “tão

ilaqueadas nas miudezas da gramática.” “Ilaqueadas vem, de acordo com Ferreira (2001, p.372), de “ilaquear”, que significa “fazer cair”. E “miudezas” têm como definição “objetos de pouco valor”, segundo Ferreira (2001, p.466); ou seja, era um método decaído e pobre. Por fim, para expressar o quanto o método jesuíta era considerado “mau, nocivo e ruinoso”, é utilizada a palavra “pernicioso” que, conforme Ferreira (2001, p.529) tem esses significados.

Outra grande preocupação do rei e da monarquia era sobre como esse modelo de educação influenciava o pensamento e comportamentos daqueles que enxergavam no rei o poder soberano do absolutismo, sendo esses os seus súditos, como o rei afirmou, no documento, serem os jesuítas

pretenderam alucinar os meus vassalos, distraíndo-os, pela sobredita forma, do progresso de suas aplicações, para que, cuidando-os e prolongando-os na ignorância, lhes conservassem uma subordinação e dependência tão injustas como perniciosas) clamaram altamente nestes Reinos contra o método, contra o mau gosto e contra a ruína dos estudos (ALMEIDA, 2000, p.31)

É empregada a palavra “alucinar”, por meio da qual o rei acusa os missionários de pretenderem acabar com todo o entendimento. Alucinar, conforme Ferreira (2001, p.35), significa “perder a razão” Havia um medo muito grande de que os seus vassalos caíssem na dominação e subordinação aos jesuítas e à Igreja, pois contribuiria para a perda de autoridade do rei. Dessa forma, buscando tomar algumas medidas para evitar que os estudos entrassem em tamanho declínio a que estavam destinados nas mãos dos jesuítas, o rei determinou que

desejando eu não só reparar os mesmos estudos para que não acabem de cair na total ruína a que estão próximos, mas ainda restituir-lhes aquele antecedente lustre que fez os portugueses tão conhecidos na república das letras, antes que os mesmos religiosos se intromettessem a ensiná-los com sinistros intentos e infelizes sucessos (ALMEIDA, 2000, p.31)

Quando, neste trecho, é relatado “desejando eu não só reparar os mesmos estudos” fica evidente a intencionalidade do rei em querer mostrar ao povo uma postura heroica, em que a saída era retirar a educação das mãos dos jesuítas e dar ao estado o seu controle. Uma educação, cujo mesmo fragmento se refere como “ilustre”. Para Ferreira (2001, p.373), “ilustre” é algo que se distingue por “qualidade digna de louvor”, fazendo, assim, referência à educação que foi presente no passado de Portugal. O uso da palavra “intromettessem” refere-se também aos jesuítas acusados de serem educadores que tinham intenções de causar danos à população. Encontramos por definição as palavras “danos” e “desastres” para referir-se a sinistros (FERREIRA, 2001, p.638) e “intenções” para intentos (FERREIRA, 2001, p.395).

Outro aspecto relevante percebido nesse alvará e que o rei ainda ressalta é o método de educação dos jesuítas. Observemos assim que o rei desejava

que ainda quando outro fosse o método dos sobreditos religiosos, de nenhuma sorte se lhes deve confiar o ensino e educação dos meninos e moços, depois de haverem mostrado tão infaustamente a experiência por fatos decisivos e exclusivos de toda tergiversação e interpretação, ser a doutrina que o governo dos mesmos religiosos faz dar aos alunos de suas classes e escolas, sinistramente ordenadas à ruína não só das artes e ciências mas até da mesma Monarquia e Religião que, nos meus Reinos de domínios, devo sustentar com minha real e indefectível proteção. (ALMEIDA, 2000, p.31)

Com efeito, “indefectível” é uma palavra usada ao fim desse trecho para novamente reforçar o absolutismo do rei. Para Ferreira (2001, p.383), essa palavra tem como significado “que não falha; infalível”. Sendo o rei incapaz de falhar em suas decisões, essa se torna a

melhor mudança e transformação na educação de Portugal e suas colônias, como também no Brasil.

Conclusão

Utilizamos como *corpus* de pesquisa o alvará escrito pelo rei D. José I e registrado em 30 de junho de 1759, nas Secretarias de Estado de Negócios do reino, para reforma e restauração dos estudos tanto em Portugal quanto no Brasil como colônia portuguesa, com o objetivo de tentarmos entender, sob o olhar da historiografia linguística, como era a educação na segunda metade do século XVIII.

No documento analisado, percebemos que o seu conteúdo ditava não só o absolutismo do rei, mas também regras a serem cumpridas com o cumprimento de penas, caso não fossem seguidas. A monarquia tinha receio de que o povo abrisse os olhos para o controle e injustiças cometidas pelo rei em relação à população. Encontramos, também, no decorrer do texto, palavras que evidenciaram o quanto o rei encontrava-se insatisfeito com o papel da igreja e dos jesuítas, na interferência dos negócios do Estado, estabelecendo, assim, uma disputa de poder entre Estado e Igreja.

Portanto, encontramos presente no texto marcas que demonstraram um modelo de educação que sai de uma mão, no caso, religiosa, e vai para outra, marcada também por ideologias que pouco se importavam com um ensino que visava o crescimento de uma nação e se preocupasse em, verdadeiramente, educar e instruir o povo de forma que houvesse um crescimento intelectual para que a população evoluísse no campo do saber, causando assim, grandes transformações sociais.

Referências

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. Antônio Chizzoti (Trad.). *Instrução Pública no Brasil (1500 – 1889) história e Legislação*. 2. edição. São Paulo: Educ, 2000.
- BASTOS, Neusa Maria Barbosa. *Língua portuguesa em calidoscópio*. São Paulo: Educ, 2004.
- BASTOS, Neusa Maria Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro. *História entrelaçada: a construção de gramática e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio: O minidicionário da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: USP, 2002.
- KOERNER, Ernst Frideryk Konrad. *Questões que persistem em historiografia linguística*. Revista da ANPOLL, nº 2, pp. 45-70. Cristina Altman (Trad.), 1996.